

Ação Fiscal

Vitória, Julho/Agosto/Setembro de 2006

ORGÃO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIFISCAL • ANO XII • Nº 110

Ascensão Funcional: Um Pleito Legítimo

É a legitimidade o motivo da luta da diretoria do sindicato e categoria pelo cumprimento da lei que prevê a mudança de nível vertical a cada doze meses. É a nossa carreira e o resto de nosso tempo funcional enquanto auditores da ativa. Pelo cumprimento da lei é que estamos mobilizados!

A triste realidade dos Postos Fiscais

A diretoria do Sindifiscal visitou os Postos Fiscais de Bom Jesus do Norte e Santa Cruz e constatou péssimas condições de trabalho, tanto na estrutura física como no quadro de auditores.

Confira na página 3



Visita aos locais de trabalho – Página 4

Notícias do Jurídico – Página 16

Coluna do Fiscal – Página 11

Encarte: Caderno Especial Dia do Fiscal



Mais uma reunião ocorrida na manhã do dia 03/10/2006, na sala do subsecretário da receita, para tratar especificamente da ascensão funcional ou mudança de nível vertical. Presentes o subsecretário da receita, o gerente da Gedaf, o presidente do Sindifiscal, três auditores do nível I e o advogado da entidade. Em nossa visão, toda e qualquer reunião que busque soluções de maneira concreta e democrática, ainda que com momentos tensos, como essa, é válida e necessária na busca de soluções que contemple o conjunto da categoria.

O que nos preocupa na realidade é o tema tratado, a legitimidade do pleito ali discutido é plenamente reconhecido pela cúpula da Sefaz. É matéria consolidada, resguardada em Lei, e plenamente pacificada, como dizem os juristas. No que deveria ser uma condução simples pela Sefaz, surgem ao longo dos anos as incoerências e justificativas apresentadas pelos administradores para o descumprimento das previsões legais (Lei 16/92 e outras que constituem o alicerce legal).

Dentre as justificativas citadas pelo subsecretário está a de que o atual governo não pode resolver todos os problemas deixados pelas gestões anteriores. Respeitamos esse ponto de vista. Mas temos a ressaltar que nós, componentes do Grupo TAF, somos responsáveis pela receita do Estado e temos que ter a prioridade na solução de entraves administrativos e funcionais, para que a saúde, a educação, a segurança pública e todas as outras obrigações do Estado para com a sociedade, sejam de plena eficácia.

Então, senhores gestores, vamos buscar finalizar logo esta questão que só depende de vontade política. Trabalharemos como um grupo maduro e fechar o caixa deste dinossauro que perdura desde 1992. O que esperamos é o início

das discussões de questões maiores, em parceria, gestão fazendária e entidade representativa da classe, com a centralização e busca de convergência em temas como a Nova Administração Tributária, com o fisco fortalecido, autônomo e motivado.

Por uma política salarial para o fisco que não permita a rotatividade e esvaziamento do quadro funcional do grupo TAF em nosso estado. Trazer a categoria para a busca de um sub-teto desvinculado do salário do governador, cujo subsídio tem natureza complementar – a bem da verdade ele poderia até abrir mão de sua remuneração – enquanto a nossa tem natureza alimentar e de sobrevivência.

Precisamos sim, sermos remunerados de acordo com a importância e relevância do serviço que prestamos ao estado. São fatores que somados podem nos conduzir para a autonomia e independência em nossa carreira. Como bem disse um Ministro do STF em entrevista recente, o cumprimento de Leis deve ser a regra, e não a exceção.

Fisco bem remunerado, com condições estruturais e funcionais condizentes com a importância de nossas atribuições, são fundamentais a saúde financeira do estado e passo inicial para uma justa distribuição de rendas. Sempre buscar o crescimento do fisco estadual. Esse é o lema de nossa diretoria.

Esperamos para breve, a finalização da licitação para as obras emergenciais do posto fiscal de Santa Cruz. Palavras do subsecretário da receita, na mesma reunião acima mencionada. Ansiamos realmente por uma solução que permita as mínimas condições de um trabalho digno pelos próximos dois ou três anos, quando a expectativa é a da inauguração do novo posto fiscal. Vamos estar de olho e vamos cobrar dignidade no trabalho sempre.

Fechamento da Subsede de Colatina

A subsede do Sindifiscal que fica na cidade de Colatina será fechada devido a falta de movimento de associados no local. Há vários meses a diretoria acompanha os relatórios de atendimento do escritório e concluiu que o associado não está usufruindo de tal investimento. Com isso a diretoria pretende diminuir custos que serão investidos em outras áreas, como a nova sede administrativa que foi adquirida.

Os associados continuam contando com o atendimento na sede administrativa de Vitória e subsede de Cachoeiro de Itapemirim.

SINDIFISCAL-ES

Sindicato do Pessoal do Grupo TAF no ES

Rua General Osório, 83 - salas 407 a 410
Centro - Vitória - ES - Cep 29028-900
Tel.: (27) 3200-2585
e-mail - fisco@sindifiscal-es.org.br
<http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05

Diretor Presidente

Júlio César Camilo Muniz
Vice-Presidente - Délio Cassiano Borges Castelo

Subsedes

Cachoeiro - Praça Jerônimo
Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
Tel.: (28) 3521-7630/7629
e-mail - sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br
Colatina - Av. Getúlio Vargas, 183- Ed. Prolar,
2º andar - Centro - Tel.: (27) 3721-1724
e-mail: colatina@sindifiscal-es.org.br

Edição Trimestral

Jul/Ago/Set

Jornalista

Adriana Nobre
Reg. MTb 01718 JP-ES

Colaboração

Paula Zanoni
Estagiária de Jornalismo

Projeto Gráfico e Fitolito

Oficina de Letras Comunicação
3222-6955/ 3323-6004

Impressão

Artgraf - 3223-6588

"O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores."

Sindifiscal constata péssima situação estrutural em Postos Fiscais

A diretoria do Sindifiscal visitou no mês de agosto os Postos Fiscais de Bom Jesus e Santa Cruz. A visita foi uma resposta às diversas denúncias dos colegas que trabalham nos postos de fronteira.

“Esta situação é lamentável. Muitos auditores de nível I, além de aguardar 22 anos por ascensão funcional ainda são obrigados a suportar condições desumanas de trabalho”, constatou o presidente do Sindifiscal Júlio César Muniz.

No Posto Fiscal de Bom Jesus do Norte, os auditores convivem com a falta de estrutura e espaço, computadores ultrapassados, móveis antigos, documentos amontoados. Na pequena cozinha faltam utensílios básicos e eletrodomésticos adequados. Para amenizar a falta de dormitório, o Estado alugou um contêiner, mais conhecido como “cela metálica”.

Em Santa Cruz, além dos problemas de estrutura e espaço, o quadro de pessoal insuficiente e o movimento intenso de caminhões tornam a situação caótica. A infiltração no prédio, recentemente provocou o desabamento do teto do banheiro. Os dormitórios estão em péssimas condições e a falta de estrutura da cozinha foi amenizada pelos próprios colegas com a compra de um microondas.

“Não é de hoje que trabalhamos sob condições precárias, mas, ultimamente, o que já era ruim tornou-se ainda pior”, desabafa um colega.

Destacamos abaixo as principais deficiências do Posto Fiscal de Santa Cruz relatadas pelos colegas e constadas pela diretoria do Sindifiscal:

- Computadores ultrapassados e, pelo desgaste, provavelmente sucateados;

- Comunicação prejudicada. Celulares não funcionam direito, a única linha de telefone do Posto está constantemente com defeito e o aparelho de fax estragado. Faltam telefones públicos, até mesmo nas proximidades. O sistema de rádio não funciona há anos.

- Infiltração nas paredes e tetos; risco de desabamento. Recentemente, algumas telhas quebraram e pedaços caíram na passarela onde os motoristas entregam suas notas fiscais. Felizmente não houve vítimas. O rebaixamento de gesso do banheiro masculino caiu e o sanitário foi lacrado pois não está funcionando.

- Falta equipe de apoio, tarefa antes desempenhada pelos servidores da ACPD, para auxiliar no trabalho de consulta e escaneamento de notas fiscais.

- Falta de uma telefonista; muitos contribuintes reclamam que as ligações não são atendidas.

- Falta de fonte de energia alternativa; por diversas vezes o Posto funcionou à luz dos lampiões.

- O sistema (SIT) constantemente sai do ar ou fica congestionado, não sendo possível emitir passe fiscal, ou mesmo baixá-los, emitir Notificações de Pagamento, ou fazer consultas importantes para a ação fiscal.

- O depósito de mercadorias apreendidas não possui a mínima condição de estocagem e armazenamento. Transformou-se em criadouro de ratos, cobras, aranhas, e traças. Algumas mercadorias estão se deteriorando por causa dos fungos, das fezes de pombos e da umidade excessiva.

- A falta de uma dedetização e desratização periódica provocam a proliferação de insetos, baratas e carrapatos.

- Rede elétrica precária e muito velha. Alguns motoristas já reclamaram de choques ao encostarem-se no balcão.

- Viaturas apresentam problemas frequentemente e vivem na oficina.

- Balança precisa de um recapeamento e recobrimento das ferragens das placas de sustentação.

Segundo colegas que trabalham no posto, logo após a visita do Sindifiscal a Secretaria da Fazenda encaminhou uma equipe para verificar as necessidades do local. Foram feitas as vistorias e, segundo o Subsecretário de Receita, a licitação para reforma já está em fase de finalização.

A expectativa do Sindifiscal é garantir condições de trabalho adequadas até que o novo posto seja construído.



Contêiner alugado é utilizado como dormitório



Dormitórios insuficientes e mal equipados



Cozinha: móveis, eletrodomésticos e utensílios insuficientes



No Posto Fiscal de Santa Cruz os servidores convivem com infiltração e risco de desabamento



Insegurança: porta de acesso ao posto fiscal de Santa Cruz



Sala da ACPD abandonada em Santa Cruz



Nos dormitórios móveis antigos e falta de estrutura

Sindifiscal visita locais de trabalho

Além dos postos fiscais de divisa a diretoria do Sindifiscal também visitou outros locais de trabalho com o propósito de pontuar as principais necessidades e encaminhar relatório ao Secretário da Fazenda

23 de agosto

Agência de Vitória

A Agência de Vitória que é considerada um exemplo para as outras agências estaduais, por estar localizada na capital do estado, mesmo assim apresenta várias deficiências.

Os fiscais reclamam do excesso de demanda de trabalho, e afirmam que o número de fiscais e auxiliares fazendários atualmente na agência é insuficiente. Também faltam materiais de trabalho, como papel de impressão, capas de processos, filtros de linha e fitas para impressora. Muitos desses materiais quando são enviados têm a qualidade ruim.

As fitas de impressora, por exemplo, são precárias, dificultando até a leitura do material impresso. Algumas impressoras nem são utilizadas, pela falta de fita adequada. Os equipamentos de informática, que deveriam ser um para cada servidor, têm que ser compartilhados, e também já estão em situação precária. Isso acaba prejudicando o trabalho dos fiscais.

Alguns contribuintes que estavam no local reclamaram do grande tempo de espera para serem atendidos. Muitos chegam a ficar na fila por mais de uma hora e meia. Mesmo assim eles consideram que o atendimento na agência é muito bom. Com certeza é pelo empenho dos servidores. Até porque, ainda no ano de 2006, com um recorde de arrecadação, existem fiscais que tiram dinheiro do próprio bolso para repor os materiais em falta na agência.

E problemas semelhantes também estão sendo detectados no interior do estado. Muito se tem feito para implantar a tecnologia de ponta nas agências, mas do que isso adianta se não for suprida a demanda de profissionais do fisco e os materiais de primeira necessidade nos seus locais de trabalho?

A diretoria do Sindifiscal insiste na valorização e aperfeiçoamento constante da humanização no trabalho.

30 de agosto

Gerência Fazendária Metropolitana

A principal reivindicação dos servidores desta unidade administrativa é quanto ao espaço físico. O prédio da Gefaz-M é insuficiente para o total de fiscais AFRE II, considerando que ainda em 2006 ocorrerá a ascensão por antiguidade, conforme compromisso assumido pelo secretário da fazenda, situação que aumentará o número de fiscais.

A solução apontada pelos colegas é que com a construção do novo prédio da Sefaz na Enseada do Suá seja disponibilizado um espaço para os AFRE II residentes em Vitória.

Essa mudança cederia espaço para esses fiscais que irão mudar de nível, e também, àqueles que estão ocupando salas anexas à Agência de Vila Velha se assim desejarem. Segundo os servidores, a mudança também faria com que os fiscais que moram em Vitória tenham seus custos reduzidos.

A diretoria pôde perceber que o ambiente de trabalho dos servidores não é muito saudável. O local não possui janelas e nenhuma outra alternativa para proporcionar ventilação natural. Vale ressaltar ainda que o grande número de documentos expostos promove a presença de ácaros e poeira, podendo causar alergias, ou mesmo, piorar o quadros já existentes.

Caso a Secretaria da Fazenda atenda a reivindicação dos fiscais residentes em Vitória, o espaço já não será mais um problema, com certeza possibilitará uma reforma adequada no sentido de melhorar a qualidade do ambiente, proporcionando mais conforto e maior rendimento no trabalho desses servidores.

Agência de Alegre comemora conquista

A auditora fiscal e chefe da agência de Alegre, Maria do Socorro Vargas Santos Simões, é um exemplo de perseverança. Hoje comemora a reforma do prédio que era uma antiga reivindicação dos colegas.

“Nós tínhamos uma reforma prevista desde 1998, mas este pedido ficou arquivado. Então em 2005 através da SUBSAD o processo foi desarquivado, feita a licitação e o DERTES realizou a obra”, conta Maria do Socorro.

A chefe da agência ressalta a importância do trabalho dos servidores da Subsecretaria de Estado para Assuntos Administrativos – SUBSAD, em especial o engenheiro Gilberto Resende e a servidora Rita Vasconcelos que disponi-

bilizou todas informações necessárias para abertura do processo de pedido de reforma.

Todo sistema elétrico e rede de informática do prédio foi atualizado. “Agora aguardamos ansiosos a instalação dos novos micros que já foram adquiridos e que algumas agências já receberam”, comenta a auditora. Na área de informática, Maria do Socorro faz questão de agradecer o trabalho do auditor Edinaldo Ribeiro da Silva, que acompanhou de perto a instalação da rede e equipamentos.



Movimento

A agência de Alegre atende aos municípios de Alegre, Guaçuí, Divino São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Ibitirama, Muniz Freire e Jerônimo Monteiro. Atende muitos contribuintes diariamente e conta com uma equipe de uma auditora fiscal, um auxiliar administrativo, dois servidores do convênio SEFA/Prodest, uma servidora cedida pela prefeitura e três do convênio SEFAZ/MasterPetro.

Sindifiscal participa da III Plenafisco

A

III Plenafisco, que esse ano ocorreu em Gramado, no Rio Grande do Sul, foi um sucesso. Contou com participantes de todo Brasil, e também, de autoridades internacionais em Administração Tributária da França, Espanha e Portugal. Abordou assuntos de interesse não só da categoria fiscal, como também da sociedade.

Dentre os temas, a Administração Tributária foi o mais discutido. Na abertura do evento, vários políticos, deputados, e até candidatos presidenciais e representantes dos que não puderam comparecer colocaram o tema em destaque, garantindo a preocupação dos partidos em priorizar a Administração Tributária em suas gestões.

Outras questões fundamentais à categoria também foram discutidas nos debates e painéis durante os cinco dias de evento. Ética, conduta administrativa, carreira de Estado, aplicação e distribuição dos fundos públicos e Lei de responsabilidade fiscal foram postos em pauta, mostrando a importância dessas discussões para o desenvolvimento do Estado brasileiro.

Os palestrantes de fora do país, apresentaram soluções e exemplos ao destacar medidas que se tornaram efetivas para a organização e bom funcionamento da área tributária em seus países. O espanhol Eduardo Verdún Fraile, explicou porque o modelo de Administração Tributária de seu país é um dos mais bem conceituados internacionalmente. O palestrante português Vasco Brando Guimarães ministrou uma discussão sobre a reforma tributária como interesse maior dos Estados brasileiros. Já o francês Jean-Claude Martinez, aposta na intervenção do CONFAZ na guerra fiscal entre os Estados brasileiros.

O Sindifiscal esteve representado no evento pelas diretoras Marlene Muniz e Fátima Gouvêa, que participaram de todos os dias da Plenafisco. Segundo Marlene, o evento foi maravilhoso e bastante rico em conteúdo. "Os assuntos ali tratados fazem com que a gente mude comportamentos com relação a várias questões, como por exemplo, a reforma tributária, a questão de Estado, a própria administração tributária, a lei orgânica".



Participantes da III Plenafisco comemoram a realização do evento. Uma vitória do Fisco Brasileiro!

Eleitos do Fisco Estadual Nacional

A Fenafisco realizou um levantamento sobre o resultado eleitoral dos candidatos do fisco estadual no País. A consulta aos sindicatos ainda não foi concluída, mas já constataram a eleição de dois deputados federais e oito deputados estaduais. Os destaques ficam, até o momento com os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

A FENAFISCO está orgulhosa com o desempenho dos candidatos filiados aos seus sindicatos. O número de eleitos mostra a importância da categoria no contexto nacional e já aponta para uma maior inserção política no âmbito das decisões do País. Mesmo diante das restrições impostas pela Lei à ação das entidades sindicais no mundo da política eleitoral, mercado reservado aos donos do capital, o volume e a qualidade dos eleitos mostra que a base está de parabéns pelo incentivo pessoal dado aos colegas.

Aos eleitos os nossos parabéns e a certeza de que faremos de cada gabinete conquistado um espaço de luta pela autonomia da administração tributária e pela independência funcional dos servidores do fisco. A listagem será ampliada logo que cheguem as novas informações e estará à disposição em nosso site.

SINDICATO	NOME	PARTIDO	VOTOS	CARGO
SINAFRESP - SP	João Eduardo Dado	PDT	61.716	Dep. Federal
STA CATARINA	João Pizzolatti	PP	89.373	Dep. Federal
SINDATE - MS	Amarildo Cruz	PT	17.930	Dep. Estadual
SINDIFISCO - PB	Socorro Marques	PPS	13.887	Dep. Estadual
STA CATARINA	Gilmar Knaesel	PSDB	41.423	Dep. Estadual
SINDIFISCO - SC	Renato Hinnig	PMDB	42.147	Dep. Estadual
SINDAFEP - PR	Reni Pereira	PSB	49.760	Dep. Estadual
SINAFRESP - SP	Vaz de Lima	PSDB	142.903	Dep. Estadual
SINAFRESP - SP	Vitor Sapienza	PPS	64.918	Dep. Estadual
SINDIFISCAL - MS	Paulo Roberto Duarte	PT	42.107	Dep. Estadual

O Sindifiscal parabeniza os demais sindicatos pela conquista e lamenta não ter garantido a permanência de seu representante na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

Sindifiscal promove palestra sobre Processo Administrativo Disciplinar

O

Sindifiscal preocupado com a violação da imagem do Fisco Estadual do Espírito Santo promoveu no último dia 13/09, no auditório da Gerência Fazendária Metropolitana, a palestra “Processo Administrativo Disciplinar na Administração Tributária”.

O palestrante Yuri Miranda que é Fiscal de Tributos Estaduais e Corregedor Fazendário de Alagoas estava em nosso Estado participando do 7º Encontro Nacional de Corregedores Fazendários e foi convidado pelo Sindifiscal para apresentar este tema de interesse de toda categoria.

A auditora fiscal e ex-corregedora do Ceará Aurila Cajazeira também participou da palestra e contribuiu para discussão do assunto.

A diretoria do Sindifiscal aproveita para agradecer todos que participaram do evento, ao palestrante pela disponibilidade em atender ao convite e aos colegas de Alagoas que também prestigiaram o evento.



Audidores de Alagoas marcaram presença no evento

O Processo Disciplinar e o Estado de Direito Democrático

Uma das conquistas mais importante da nossa sociedade é a imposição constitucional de que ninguém pode ser punido sem o devido processo legal e, que este assegure o contraditório e a ampla defesa. Os Tribunais não mais admitem que um processo de natureza disciplinar despreze os fundamentos inerentes ao sistema judiciário quanto a defesa do servidor, seja produzida de forma eficiente, inclusive exigindo que o defensor dativa seja advogado limitando assim a competência técnica.

A palestra apresentou o cenário atual deste sistema, a importância das

mudanças exigidas pela sociedade quanto ao papel do Estado e dos seus agentes. Tratou-se da relação processual, com uma abordagem mais detalhada sobre a conduta do servidor, seus deveres e as proibições.

Quanto ao PAD (Processo Administrativo Disciplinar) foi dada ênfase a estrutura do órgão correccional, a importância do conhecimento jurídico e técnico específico dos servidores da Correfaz e a necessidade de se elaborar uma legislação mais consistente.

Yuri Miranda



Categoria participou da palestra no auditório da GEFAM

Encontro Nacional de Corregedores



Diretora Marlene Muniz com os participantes do 7º Encontro Nacional de Corregedores

A diretora Marlene Muniz representou o Sindifiscal no 7º Encontro Nacional dos Corregedores das Secretarias de Estado de Fazenda e do Distrito Federal. A reunião nacional, foi realizada no Hotel Quality, na Praia da Costa e organizada pela Corregedoria da Sefaz-ES, tendo como responsável o corregedor Carlos Rubens de Miranda Lucchi, e a assessora Técnica Fazendária, Maria José Mantovanelli.

A proposta do encontro foi a de promover uma maior troca de informações entre as Corregedorias Fazendárias dos Estados e, como complemento, a criação de uma Lei Orgânica do Fisco, enfocando a questão disciplinar. Foi também um estímulo para os estados que ainda não têm Corregedorias estruturadas.

A reunião foi considerada um sucesso pela Corregedoria da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz-ES), principalmente por ter dado início a uma política de maior intercâmbio de informações entre esses setores, que apuram denúncias contra irregularidades fazendárias.

O próximo encontro dos corregedores fazendários foi agendado para os dias 23 e 24 de novembro, em Brasília.

Sessão Solene

Noite solene para o Fisco Estadual. O deputado estadual Cláudio Thiago prestigiou os colegas com uma Sessão Solene no plenário da Assembléia Legislativa e em seu discurso enfatizou a importância do Fisco para o desenvolvimento do Estado e de seu orgulho em fazer parte desta categoria.

A noite de homenagens foi bem poética. Destacou os colegas que trabalharam em projetos de valorização do Fisco, realizaram trabalhos sociais voluntários, e que fizeram história na Sefaz. A poetisa Valcema declamou o "Poema Orçamentário" e o auditor fiscal e poeta capixaba Marcos Tavares prestigiou os colegas com o poema "Conversa sobre Rendas à beira de um Fiscal de Poesia".

Após a sessão todos participaram de um coquetel servido no Salão Nobre, com direito a bolo comemorativo.

A programação preparada pelo Sindifiscal para comemorar o Dia do Fiscal foi um sucesso. A festividade começou na quarta-feira (20) com a Sessão Solene na Assembléia Legislativa, continuou na quinta-feira (21) com o II Seminário "Administração Tributária: Um preceito Constitucional" e foi encerrada com a animada "Noite Dançante" no clube social de Vila Velha.

A diretoria da Fenafisco e representantes do Fisco de todo Brasil prestigiaram o evento e agradeceram a receptividade dos capixabas.

Neste Caderno Especial destacamos os melhores momentos desta grande festa.



Adelaide Ferron Rosa



João Antônio Nunes da Silva



Rogério Zanon



Edvaldo Monteiro



Joel Salomão Fadlalah



Sebastião Edmar Moraes



Fernando Mello



José Humberto Lourenço



Zuleide Rosangélica Assis



Getúlio Ramos Pimentel



Jurema Magalhães



Sayonara Pereira (Fenafisco)



Guilherme Frederico Pedrinha



Orlando Fernandes Pereira



Maria Cristina Lima (Fenafisco)



Jair Gomes da Silva



Rogério Macanhão (Fenafisco)



Widja Maia (Fenafisco)



Diretoria da Fenafisco e representantes dos demais estados prestigiaram o evento



Coquetel de confraternização dos Estados no Salão Nobre da Assembléia Legislativa



O evento reuniu categoria, amigos e familiares

II Seminário “Administração Tributária: Um Preceito Constitucional”

Na quinta-feira pela manhã o plenário da Assembléia Legislativa novamente cedeu espaço ao Fisco Capixaba. Desta vez para realização do II Seminário “Administração Tributária: Um Preceito Constitucional”, que contou com a presença da Presidente da Associação Nacional Fisco Previdenciário – ANFIP-ES, Eucélia Maria Agrizzi Mergar, e do representante da Unafisco-ES Gelson Machado Guarçoni.

Os Presidentes do Sindifical Júlio César Muniz e da Fenafisco Rogério Macanhão destacaram em suas saudações iniciais a relevância da discussão de tais temas para o fisco do país. Também enfatizaram a importância da participação de toda categoria em eventos como este.

Confira a seguir os temas apresentados durante o Seminário.



A Nova Administração Tributária e Carreira de Estado

Palestrante: Carlos Alberto Agostini – Presidente do Sintaf-RS e Diretor de Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco

Agostini ressaltou em sua palestra que a nova Administração Tributária pressupõe uma Secretaria da Fazenda gerida exclusivamente por auditores fiscais, carreira vinculada ao Estado e não ao Governo, com planejamento centrado na Receita.

“Desejamos uma nova Administração Tributária que disponha de autonomia administrativa e financeira suficiente para executar as suas funções, atendendo aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Temos de buscar o corporativismo da eficiência e distinguir as atividades específicas e exclusivas da função estatal da Administração Tributária das demais atividades gerais da administração pública”, completa Agostini.

Lei Orgânica da Administração Tributária - LOAT

Palestrante: Fabiano Dadam Nau - Diretor Jurídico Sindifisco/SC e Membro da Comissão LOAT Fenafisco/Fórum Fisco

** Resumo elaborado pelo palestrante.*

Origem da discussão a respeito da LOAT – em virtude de na PEC 285/2004 constar previsão expressa de obrigatoriedade de elaboração de uma Lei Orgânica da Administração Tributária por parte de cada ente tributante.

Autonomia financeira – colocação em prática do disposto no inc. IV do art. 167 da Constituição Federal, que permite a vinculação de parcela da receita de impostos para o custeio das atividades da Administração Tributária.

Independência funcional – restabelecimento da livre iniciativa do agente fiscal quando da descoberta do cometimento de algum ilícito tributário por parte do contribuinte, independente de autorização de superior hierárquico.

Identidade nacional – apenas quem realizar a atividade do lançamento do crédito tributário é que receberá o nome de “Auditor Fiscal Tributário”, sendo este nome o mesmo para todo o território nacional, seja ele de qual ente tributante for.

Carreira fiscal – receberá igualmente o mesmo nome válido para todo o território nacional, e se chamará “Auditoria Fiscal Tributária”, sendo que o detalhamento específico de cada carreira caberá a cada ente tributante realizar.

Prerrogativas – estabelecimento de algumas prerrogativas inerentes apenas aos Auditores Fiscais Tributários, tais como: iniciar e concluir a ação fiscal, realizar o lançamento do crédito tributário e efetuar o julgamento de processos administrativos tributários.

Princípio da essencialidade – por definição constitucional, as atividades da administração tributária são essenciais à manu-



tenção do próprio Estado, e não apenas do governo ou do Poder Executivo.

O Anteprojeto de LOAT já conta com 02 (dois) anos de estudos, e aproximadamente 40 (quarenta) reuniões de trabalho já foram realizadas.

O texto já passou pela análise de um consultor jurídico, estando neste momento sendo encaminhado para uma segunda análise técnica. Após, as conclusões apresentadas serão analisadas pelo Fórum Fisco até que se tenha a redação final aprovado por todas as esferas do fisco e possa haver o seu encaminhamento para o Congresso Nacional, onde começa uma segunda etapa do trabalho: o político.

Espera-se até o fim deste ano estar com o texto final aprovado pelo Fórum Fisco para que possa haver o seu encaminhamento ao Congresso Nacional, tendo sua tramitação facilitada por ser sinal de consenso entre todos os interessados.

Subsídios – Revisão Anual – A Ordem Constitucional

Palestrante: João Antônio Nunes da Silva – Auditor Fiscal e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Fiscais do Estado do Espírito Santo

** Resumo elaborado pelo palestrante.*

1 – A revisão anual da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal de 1988, depende de lei?

R = Não, em absoluto. No que diz respeito à *revisão geral anual*, a norma constitucional que a instituiu tem eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.

Nossa tese é a de que a autoridade competente para determinar a *revisão*, ao omitir-se, comete infração, incorrendo em ato de improbidade administrativa, nos exatos termos do art. 11, II, da Lei n.º 8.429, de 02/06/1992.

A mora verificada, quanto à observância da ordem constitucional, é conduta ilícita, que deve ser sancionada com base no art. 12 da referida Lei n.º 8.429, de 1992, pois a sanção, neste caso, é a afirmação do direito constitucional. Nas palavras do professor Paulo José da Costa Jr.: “A infração nega o preceito, vale dizer, nega o direito. A sanção é negação dessa negação, implicando, por isso, a afirmação do direito.” (*In* Infrações Tributárias e Delitos Fiscais, 3.ª edição, 1998 – Saraiva).

2 – Qual a interpretação que se deve dar aos vocábulos “fixados”, “alterados” e “revisão” contidos no texto do referido inciso X?

R = A *fixação* de remuneração, em forma de vencimento ou de subsídios, deve-se dar, obrigatoriamente, por ocasião da criação dos cargos ou na eventualidade de mudança de regime remuneratório. É obrigatória e dependente de lei. A *revisão* só pode efetivar-se sobre o padrão remuneratório inicialmente *fixado*. É obrigatória e assegurada pela própria Constituição - independente de lei. A *revisão* não é senão a *atualização* do poder de compra da remuneração ou dos subsídios. *Atualizar* significa corrigir a defasagem entre o valor nominal e o valor real decorrente da perda do poder aquisitivo da moeda dentro de determinado espaço de tempo. A *alteração*, também, só pode efetivar-se sobre o padrão remuneratório inicialmente *fixado*, mas, neste caso, tem o valor semântico de *modificação*, significa: *aumento, reajuste*. É facultativa e dependente de lei.

3 – O que tem sido feito para dar efetividade ao texto do inciso X, no que se relaciona com a revisão anual?

R = Ações de indenização por danos materiais têm sido pro-

postas, com sucesso, pelos servidores públicos, visando à devida reparação. No estado do Paraná, por exemplo, a Justiça decidiu que “o chefe do Poder Executivo Estadual está obrigado a propor lei específica tratando da revisão anual da remuneração dos servidores do Estado. É dever do Governo e um direito dos servidores que a Constituição prevê, sem possibilidade de interpretação diversa.”

4 – Os tetos remuneratórios previstos no art. 37, XI, da Constituição, também devem ser revistos anualmente?

R = Sem dúvida nenhuma. A obrigatoriedade de revisão dos tetos vem expressa diretamente no texto do § 4.º do art. 39. Ora, se o § 4.º do art. 39 manda obedecer ao disposto no inciso X do art. 37, e se este assegura a *revisão geral anual*, não há nenhuma dúvida de que os tetos previstos no art. 37, XI, devem, obrigatoriamente, ser revistos anualmente.

5 – A exceção constitucional ao princípio da irredutibilidade dos subsídios e dos vencimentos, no que pertine ao teto da remuneração dos servidores, não desautoriza as revisões anuais (art. 37, XI, combinado com os arts. 39, § 4.º, e 37, X, da CF)?

R = De maneira alguma. As exceções constitucionais ao princípio da irredutibilidade dizem respeito ao **teto anualmente atualizado**.

6 – Então quer dizer que nenhuma remuneração, nem os tetos podem deixar de ser revistos anualmente?

R = Exatamente. Quando a Constituição assegura a revisão dos subsídios, ela não determina a exclusão da revisão dos tetos previstos no inciso XI do art. 37, antes e ao contrário, o comando constitucional **obriga**, com todo o vigor, a **revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Sem distinção de índices, porque a *revisão*, já foi dito antes, não é senão a *atualização* do poder de compra da remuneração ou dos subsídios.



Cenário Político em 2006

Palestrante: Deputado Estadual Cláudio Thiago



De acordo com a programação do evento o deputado estadual Cláudio Thiago apresentaria o tema Cenário Político 2006 e Perspectivas, mas obedecendo a legislação eleitoral o candidato a reeleição compareceu ao evento apenas para uma saudação e justificar a impossibilidade de permanecer em tal evento.

A diretoria do Sindifiscal agradece ao Deputado Cláudio Thiago seu constante apoio às iniciativas do Fisco capixaba.

Apresentação do Projeto de Lei do Super Simples

Palestrante: Rogério Cândido – Vice-presidente da Fenafisco

Rogério Cândido apresentou uma análise sobre os principais pontos negativos que o atual texto do Projeto de Lei Complementar n.º 123/2004, aprovado na Câmara Federal e encaminhado ao Senado para votação, pode trazer para os estados e municípios.

O Vice-presidente aproveitou para informar sobre as ações do Fórum Fisco Nacional que tem lutado pela revisão do Projeto Super Simples antes de sua votação no Senado e da Campanha Nacional “Prejudicar o Brasil é Super-Simples – Diga Não!”.

Cândido alertou que caso seja aprovado do jeito que se encontra, o projeto deixará estados e municípios com dificuldades de cumprir com os seus orçamentos.



Concluída a programação prevista para manhã, todos os participantes do seminário foram convidados para um almoço que foi servido no Restaurante Plenarium da Assembléia Legislativa.

No período da tarde, os aposentados e pensionistas participaram de palestra no Auditório I da Assembléia Legislativa.

A diretora de Aposentados e Pensionistas da Fenafisco Maria Cristina Lima de Souza, apresentou as ações da Federação e divulgou a alteração estatutária que inclui um novo parágrafo sobre paridade.

Em palestra, Maria Cristina falou sobre a ação da FENAFISCO/Mosap na Organização dos Esta-

dos Americanos (OEA), especificamente no Conselho Internacional dos Direitos Humanos (CIDH). A ação é um esforço para mostrar que a taxação dos inativos constitui violação aos direitos humanos, e tenta extinguir a cobrança irregular.

Maria Cristina também apresentou as PEC's 441/05 e 555/06. Vários inativos do Fisco não conheciam a tramitação e a existência de tais projetos. A PEC 441/05, também conhecida como "PEC paralela 2", trata do sub-teto único para a classe fiscal, a paridade salarial entre ativos e inativos e a isenção de contribuições para os que sofreram doenças incapacitantes.

Já a PEC 555/06 trata diretamente da extinção da taxação para os inativos. Entretanto, a



PEC 555/06, por ser nova, ainda deve passar pela aprovação de várias comissões no Congresso, e sua aprovação e implementação ainda devem demorar.

O Sindifiscal-ES é merecedor do nosso aplauso e do nosso agradecimento pelo evento que realizou na Assembléia Legislativa. Primeiro, por ter celebrado o dia do Fiscal, data que deveria ser lembrada por nós e pela sociedade. Mais importante, por ter a iniciativa de promover discussões sobre temas que dizem respeito a todos os auditores-fiscais nos entes federativos e que tem permeado os recentes contatos entre a Fenafisco e o Unafisco.

Remuneração por subsídio, lei orgânica do Fisco, integração entre as instituições (e entre os sindicatos, como consequência natural), trabalho em parceria, reforma sindical e reforma tributária são alguns dos assuntos que merecem a atenção das várias carreiras responsáveis pelo financiamento do Estado brasileiro.

Como disse na ocasião, as profundas mudanças que nos afetam serão melhor compreendidas e enfrentadas através de um esforço unido entre carreiras afins em todo o Brasil e, porque não, das carreiras equivalentes em outros países, em especial do âmbito do Mercosul.

O Sindifiscal-ES deu uma importante contribuição nesta direção com a realização do seminário.

Gelson Machado Guarçoni
Representante da Unafisco-ES
DRF Vitória/ES - SEFIS



Considero importante o interesse e a participação dos Aposentados e Pensionistas do Espírito Santo. Eles estiveram atentos durante toda a nossa palestra, que durou quase duas horas, perguntando e demonstrando real interesse por todos os assuntos ali explanados.

Quero mais uma vez agradecer pelo convite a nós dirigido e dizer que, é uma honra para a Fenafisco, e para mim, tê-los como filiados.

Agradeço também pelo carinho e atenção a mim dispensados, quando da minha estada nesta tão linda cidade!!!

Abraços!

Maria Cristina Lima de Souza
Diretora de Aposentados e Pensionistas
da Fenafisco



Noite Dançante

Para encerrar as festividades todos foram convidados para Noite Dançante que aconteceu na sede social de Vila Velha. Muita descontração e alegria marcaram este evento e toda programação em homenagem ao Dia do Fiscal.

A diretoria do Sindifiscal agradece a todos que prestigiaram o evento, aos fornecedores e parceiros Oficina de Letras e Artgraf e ao colega Fernando Mello e a Banda Pretexo que animaram a Noite Dançante.



O Seminário representou importante oportunidade para a troca de experiências e debates com colegas de outras Entidades e de outros Estados, sobre assuntos urgentes e vitais para as carreiras do Fisco Estadual, Municipal e Federal, em especial sobre a Lei Orgânica, através da qual será possível estabelecer um novo tratamento para os fiscos fortalecendo a atuação da fiscalização, prezando pela sua autonomia e independência e preservando, também, os direitos dos Aposentados e Pensionistas.

Estudos como esse devem ser aprofundados, com ampla participação dos colegas, para que sejam contempladas integralmente nessa Lei, as atribuições, as garantias e as prerrogativas para a atuação dos fiscos, sob pena de se perder a chance de se ter uma Administração Tributária forte e moderna.

Ficou consolidado na Constituição Federal que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios são atividades essenciais ao funcionamento do Estado, assim, somente com o fortalecimento da estrutura das carreiras do fisco, será possível alcançar a nossa valorização profissional.

Parabéns aos organizadores pela iniciativa!

Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Presidente do Conselho Executivo da ANFIP/ES

Globalização, Tributação e Sindicalismo

Neste ano foi realizada a 6ª edição do Curso de Integração Regional e Direito Internacional Fiscal, na ESAF, em Brasília, que tem por objetivo capacitar servidores fazendários em assuntos relacionados à economia e ao direito fiscal internacional.

Após ter passado pelo processo de seleção e recebido o aval da Secretaria da Fazenda, participei do curso, por meio do qual pude adquirir experiências e conhecimentos que considero valiosos. Uma surpresa foi constatar que apesar de o estudo da tributação sobre valor agregado ter sido destaque, a presença de auditores estaduais foi inexpressiva, em comparação com a composição maciça de servidores da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Receita Federal.

Um aspecto positivo foi a constatação, no convívio com os colegas, do gradual aumento da autonomia institucional dos órgãos federais, patrocinado por um processo permanente de formação e renovação de quadros, com cursos e concursos regularmente programados, por meio de um sistema de gerenciamento e controle que tem à frente os próprios servidores, e ainda por uma inacreditável autonomia individual do servidor, se comparada a nossa.

Os resultados dessa política aparecem no número do esforço fiscal da União. A cada ano carga tributária federal aumenta sem um aumento correspondente de alíquotas. Nesse contexto, um fato pode ser particularmente preocupante para os estados: o ICMS já perdeu aproximadamente 5% de sua representação da carga tributária brasileira, algo próximo de 40 bilhões de reais por ano, enquanto as contribuições federais avançaram 7%.

Em termos de conteúdo, o Curso fornece instrumentação valiosa para ajudar a compreender a conjuntura econômica e tributária atual e visualizar alternativas. O crescimento impressionante das relações comerciais traz como consequência o desenvolvimento de tecnologias que encurtam o tempo e o espaço, que derrubam fronteiras, que invadem tanto nações quanto indivíduos. Os efeitos são visíveis em diversas áreas e duas nos dizem respeito diretamente: a tributária e a sindical.

No campo tributário, pode-se perceber que a desenfreada competição econômica e a própria exigência da sociedade por um Estado mais eficaz, empurram a retalhada e confusa tributação sobre o consumo no Brasil, composta pela cesta ICMS- IPI-COFINS- PIS- ISS, em direção a um sistema mais lógico e facilitador das atividades econômicas.

Os países da União Européia fizeram essa mudança, adotando o Imposto sobre o Valor Adicionado como o tributo sobre o consumo. De quebra, eliminaram também todos os postos fiscais de fronteira entre os países(!), substituindo-os por mecanismos de controle baseados na inteligência e na informatização. Os problemas existem, mas são plenamente compensados pelos ganhos para a integração econômica da região.

Voltando ao caso brasileiro, como explica o economista e professor Fernando Rezende, no mundo moderno, por exemplo, vai ficando cada vez mais difícil separar o que é serviço do que é mercadoria: um é vendido junto com o outro. Também é cada vez menos tolerada a existência de vários tributos sobre uma mesma base tributável, no nosso caso, cinco tributos sobre o consumo, a base tributária do futuro, frisa o mestre.

Quanto aos sindicatos, a questão é a de seu papel nesse contexto de integração econômica, pois a informatização e a automação, que geram a produtividade e o crescimento econômico, produzem também a insegurança no mercado de trabalho, no emprego, na renda dos trabalhadores e na representação sindical, em forma de diminuição do grau de sindicalizados.

Para fazer frente a esse desencontro entre a integração do mercado e a integração social, é necessário conscientização e participação mais ativa do sindicalizado e por consequência de sua entidade representativa; participação tanto em sua área de atuação quanto em outras correlatas, e ainda em articulação com outras organizações e instituições governamentais.

Particularmente em nosso caso, isso pode significar, entre outras coisas, cobrança ainda maior pela implantação de uma política agressiva de formação e de renovação de quadros, por um modelo de gestão fazendária mais participativo, por um diálogo mais intenso da categoria com a Administração, com o Governo, com a Assembléia Legislativa, com o Poder Judiciário, com a sociedade.

Enfim, os desafios que se apresentam nos campos tributário e sindical exigem enfrentamento coletivo, apontando para a necessidade de substituição da disputa pela cooperação; da necessidade de desconstituição voluntária de grupos em prol da formação de equipes que tenham como meta o desenvolvimento da instituição Fazenda e da instituição Sindicato. Mãos à obra que ainda é tempo de construção dessa nova Casa.

Rogério Zanon da Silveira
Auditor Fiscal da Receita Estadual

FALCÃO – Os Meninos do Tráfico

Num primeiro momento, nossa reação é de indignação, de revolta, de impotência, de culpa. Dói muito, saber que de certa forma todos somos responsáveis pelas mortes desses jovens precocemente.

A desigualdade social é fruto de um modelo econômico excludente, que se preocupou somente com os projetos de desenvolvimento urbano em detrimento do desenvolvimento rural.

No período de 1940 a 1960, quando se concentrava no campo 65% da nossa população, entendendo que, perdemos a maior de todas as oportunidades e de uma forma muito particular, no período de 50 a 80 de executar um projeto agrícola, que devolvesse a dignidade ao homem da roça, com crédito, cultura certa em cada região do país, com geração de emprego e renda, de modo que, a sua transferência para cidade se desse por opção e não por imposição¹, ou melhor, incentivo.

Reportando um pouquinho a história: na década de 70 em pleno regime militar, na época do milagre brasileiro, Delfim Neto, como Ministro da Fazenda, crescemos 11%, sendo que a transferência do homem do campo para cidade nesse período foi gigantesca. Sem uma política agrícola que gerasse dignidade ao homem do campo e ao mesmo tempo, emprego pleno na cidade, não podia resultar em ou-

tra realidade que não fosse a formação da Rocinha, do Vidigal, e de todos os rincões de excluídos espalhados pelo país, como ficou constatado no trabalho de pesquisa de MV Bill e Celso Athaide: Falcão - os meninos do tráfico.

Nesse período citado, com crescimento de 11% esse seguimento experimentou o paraíso, mas como esse desenvolvimento não foi feito de forma sustentável, com a crise do petróleo de 73 e a inflação, esse mesmo seguimento teve que experimentar o purgatório e com certeza será muito difícil sair dele.

Os excluídos desse modelo que formou a geração "Falcão - os meninos do tráfico", se transformaram no Fernandinho Beira Mar, e todos os marginais do crime organizado que controlam o TRÁFICO DE DROGAS E DE ARMAS, de dentro dos presídios como ficou constatado na ação do PCC – Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, contra policiais e as rebeliões que pipocaram em todo país e só acabaram depois que o governo de São Paulo, negociou com o seu líder, Marcos Camacho, o MARCOLA.

Como dizia o meu pai "é quase impossível transformar um vagabundo em um trabalhador. E a coisa mais simples do mundo é transformar um trabalhador em vagabundo". Claro que se referia a migração do homem do campo para cidade.

Refletindo a Violência:

"O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons". (Martin Luther King)

Mas existe saída:

- Investimento de 12% do PIB (Produto Interno Bruto) na Educação;
 - Horário Integral, com acompanhamento psicológico e social junto à família do educando;
 - Controle de Natalidade;
 - Remuneração em três níveis aos professores:
- | | | |
|---------------|-------|---------------|
| Superior | _____ | R\$ 6.000,00 |
| Pós-Graduação | _____ | R\$ 9.000,00 |
| Mestrado | _____ | R\$ 12.000,00 |

Quem se interessar veja a educação na Coréia do Sul.

Acreditamos que assim, podemos voltar a sonhar com uma nova sociedade, com igualdade de oportunidades, mais justa, fraterna e sobretudo solidária.

Djalma Gonçalves
Chefe da Agência da Receita Estadual de Iúna
e-mail: djalmasantaclara@yahoo.com.br

Balancete - Junho 2006

Saldo anterior



Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	4.664,59
Banestes Cta 6.193.023	1.741,39
Banestes Aplic.	152.834,04
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00

TOTAL 173.513,99

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	1.614,17
Receita Efetiva	82.240,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	83,80

TOTAL 83.937,97

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COOPFISCO	3.883,33
Imóveis	9.631,87

TOTAL 13.515,20

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	3.678,52
F.G.T.S.	901,22

TOTAL 4.579,74

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	17,51
PIS S/Salários	106,03

TOTAL 123,54

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.262,57
--------------------	----------

Contribuição Sindical	80,00
Salários	7.675,90
Vale Transporte	914,20
Vale Refeição	2.897,60

TOTAL 12.830,27

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	793,00
Serviços Prestados Assist. De Imprensa.	600,00
Serviços Prestados Depart. Jurídico	1.250,00
Serviços Prestados Limpeza / Conservação	330,00
Serviços Prestados Assist. E Consultoria	10.858,17

TOTAL 13.831,17

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	35,11
Água e Saneamento	423,27
Assinatura SKY	257,25
Aluguel de Imóveis	728,15
Adiantamento a Funcionários	700,00
Combustível	1.697,10
Condomínio	622,00
Condução	209,59
Contribuição Fenafisco	3.179,00
Cópias e Autenticações	1,69
Correios	986,85
Despesa C/Floricultura	425,91
Despesas C/Estacionamento	344,00
Despesas C/Veículos	73,00
Despesas Diversas	0,00
Energia	2.305,83
Frete	8,00
Instalações	201,92
Impostos e Taxas Depart. Jurídico	392,39
Jornais e Revistas	245,00
Material de Consumo	719,76

Material de Escritório	837,09
Material de Higiene/Limpeza	82,12
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	615,00
Máquinas e Equipamentos	848,00
Multas / Juros	233,65
Pedágio	29,50
Reembolso Despesas/Viagens	97,51
Repasse COOPFISCO	70,00
Refeições/Lanches	1.279,57
Seguros	334,00
Telefone	5.767,81

TOTAL 23.750,07

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	657,81
--------------------	--------

TOTAL 657,81

Saldo Banco/Caixa



Banestes Cta 1.703.701	15.162,10
Banestes Cta 1.702.554	4.328,95
Banestes Cta 6.193.023	1.643,40
Banestes Aplic.	152.917,84
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00

TOTAL 188.164,16

TOTAL 257.451,96

Vitória-ES, 30 de Junho de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Balancete - Julho 2006

Saldo anterior



Banestes Cta 1.703.701	15.162,10
Banestes Cta 1.702.554	4.328,95
Banestes Cta 6.193.023	1.643,40
Banestes Aplic.	152.917,84
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00

TOTAL 188.164,16

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	2.230,51
Receita Efetiva	86.800,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.630,04

TOTAL 92.660,55

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COOPFISCO	3.883,33
Imóveis	10.350,08

TOTAL 14.233,41

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	5.438,80
F.G.T.S.	1.443,77

TOTAL 6.882,57

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	1.592,12
PIS S/Salários	169,86

TOTAL 1.761,98

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.282,61
Contribuição Sindical	224,11

Despesas C/Estagiários	86,80
Salários	13.855,74
Vale Transporte	1.007,60
Vale Refeição	2.792,60

TOTAL 19.249,46

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	793,00
Serviços Prestados Assist. de Imprensa.	600,00
Serviços Prestados Depart. Jurídico	1.000,00
Serviços Prestados Limpeza / Conservação	30,00
Serviços Prestados Assist. E Consultoria	11.848,00

TOTAL 14.271,00

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	208,85
Água e Saneamento	212,26
Assinatura SKY	315,03
Aluguel de Imóveis	729,00
Adiantamento a Funcionários	600,00
Combustível	1.180,10
Condomínio	621,00
Condução	24,00
Contribuição Fenafisco	2.204,00
Cópias e Autenticações	13,50
Correios	1.347,10
Contribuição Plenária	975,00
Despesa C/Floricultura	185,00
Despesas C/Estacionamento	336,00
Despesas C/Veículos	0,00
Despesas Diversas	2,27
Despesas C/Gráfica	3.150,00
Energia	3.546,72
Frete	0,00
Instalações	188,30
Impostos e Taxas Depart. Jurídico	263,51
Jornais e Revistas	2.085,00

Limpeza/Conservação	40,00
Material de Consumo	1.257,61
Material de Escritório	886,49
Material de Higiene/Limpeza	508,07
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	760,00
Máquinas e Equipamentos	1.425,00
Multas / Juros	846,54
Pedágio	0,00
Reembolso Despesas/Viagens	78,85
Repasse COOPFISCO	140,00
Refeições/Lanches	137,21
Seguros	334,32
Telefone	1.868,86
Viagens	3.696,08

TOTAL 30.165,67

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	694,56
--------------------	--------

TOTAL 694,56

Saldo Banco/Caixa



Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	4.870,64
Banestes Cta 6.193.023	2.873,57
Banestes Aplic.	1.980,00
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	171.547,88

TOTAL 193.566,06

TOTAL 280.824,71

Vitória-ES, 31 de Julho de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Saldo anterior



Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	4.870,64
Banestes Cta 6.193.023	2.873,57
Banestes Aplic.	171.547,88
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.980,00

TOTAL 193.566,06

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados	2.039,33
Receita Efetiva	87.240,00

TOTAL 89.279,33

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

COOPFISCO	3.902,75
Imóveis	10.467,39

TOTAL 14.370,14

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	3.895,24
F.G.T.S.	1.443,77

TOTAL 5.339,01

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/ Salários	1.592,12
PIS S/Salários	169,86

TOTAL 1.761,98

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.283,92
Contribuição Sindical	104,00
Despesas C/Estagiários	21,70

Férias e Rescisões	899,47
Salários	13.521,15
Vale Transporte	1.075,80
Vale Refeição	2.406,20

TOTAL 19.312,24

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Administrativos	350,00
Serviços Prestados Assist. Contábil	793,00
Serviços Prestados Assess. de Imprensa.	461,26
Serviços Prestados Depart. Jurídico	1.000,00
Serviços Prestados Limpeza / Conservação	240,00
Serviços Prestados Assess. E Consultoria	11.413,00

TOTAL 13.907,26

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	1.434,21
Água e Saneamento	246,37
Assinatura SKY	149,33
Aluguel de Imóveis	731,03
Combustível	2.378,50
Condomínio	630,00
Condução	347,87
Contribuição Fenafisco	2.204,00
Cópias e Autenticações	142,77
Correios	2.676,75
Contribuição Plenária	200,00
Despesas C/Estacionamento	336,00
Despesas C/Veículos	55,00
Despesas C/Gráficas	1.352,80
Energia	1.940,00
Instalações	212,15
Impostos e Taxas Depart. Jurídico	1.042,04
Jornais e Revistas	1.973,61
Material de Consumo	349,03
Material de Escritório	1.110,01
Material de Higiene/Limpeza	426,36

Manutenção de Máquinas e Equipamentos	815,00
Máquinas e Equipamentos	1.701,70
Multas / Juros	194,76
Pedágio	163,30
Reembolso Despesas/Viagens	213,65
Repasse COOPFISCO	140,00
Refeições/Lanches	645,63
Seguros	429,64
Telefone	2.961,20
Viagens	253,74

TOTAL 27.456,45

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	936,05
--------------------	--------

TOTAL 936,05

Saldo Banco/Caixa



Caixa	110,75
Banestes Cta 1.703.701	162,10
Banestes Cta 1.702.554	13.246,27
Banestes Cta 6.193.023	233,39
Banestes Aplic.	71.547,88
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	101.980,00

TOTAL 199.412,26

TOTAL 282.495,39

Vitória-ES, 31 de Agosto de 2006

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória-ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

COOPFISCO garante mais vantagens para associados

A

COOPFISCO mais uma vez sai na frente. No último dia 23/08 a cooperativa formalizou junto ao Banco do Brasil o convênio de cartões de crédito e débito.

Os primeiros testes foram realizados na agência da Av. Leitão da Silva, que já é parceira da Coopfisco. Na ocasião estavam presentes o gerente geral da agência, Sr. Robson Geraldo dos Santos Chiesa, o gerente de pessoa jurídica, Sr. Ricardo Ribeiro Vianna, o gerente Negocial da Superintendência Regional do Espírito Santo Sr. Paulo Henrique Sabino e a gerente geral da cooperativa Ana Lúcia Aguiar Silva.

Com este convênio a COOPFISCO passa a ser a primeira cooperativa no Espírito Santo a disponibilizar este produto. Através dos caixas eletrônicos e caixas rápidos é possível sacar dinheiro na hora em qualquer lugar do país e até nos Estados Unidos e Portugal.

Para garantir esta comodidade aos seus associados, a cooperativa passou por várias etapas de avaliação exigidas pelo Banco do Brasil. E graças ao profissionalismo foi aprovada em todas as etapas.

A gerente Ana Lúcia informa que no próximo dia 25/11 será o lançamento do cartão em Cachoeiro de Itapemirim. O evento será as 20 horas no restaurante Maison Belas Artes.



Ana Lúcia com os gerentes do Banco Brasil realizando os primeiros testes do cartão de crédito

“Era uma manhã radiosa, o que talvez explique o meu fascínio pelo sol”

Ao termos o primeiro contato com Marcos Tavares, logo podemos perceber como é viver respirando poesia. Um belo humor, e uma linguagem carregada dos mais bonitos sentimentos e significados até no simples ato de responder uma gama de perguntas para uma entrevista. Esse escritor, de um talento primoroso, em suas palavras, “viu a primeira vez a luz do mundo”, em 16 de Janeiro de 1957. Capixaba da gema, tem como novo produto de sua imaginação, coincidentemente, o livro de poemas intitulado GEMAGEM. Título este que remete a palavras como: gema, clara, ovo, gen, gênese e genética – que lembram a criação, o surgimento - as temáticas do autor referem-se ao processo de criação da palavra, do ato de escrever. O perfil de Marcos Tavares é estimular o debate sobre a produção literária, a semiótica - que é a representação que o ser humano dá a aquilo que o rodeia - em formas de representação, tradução e criação da linguagem. GEMAGEM é também uma forma de homenagem ao poeta Oscar Gama, um grande amigo e seu contemporâneo, a quem dedicou o poema “Gema Gemido”. O título assim, anagramático, tem também seu significado ligado à questão dos tetragramas. Nas palavras do autor “São quatro letras, um tetragrama G-E-M-A, gerando sete símbolos. Porque na nossa cultura ocidental, tetragramas têm grande significação, haja vista o representativo do Deus bíblico (Y-H-W-H) - que representa o tudo, a macroestrutura – e o designativo de microestrutura – as bases do DNA (A-T-C-G)”.

Todos os poemas são frutos de uma produção que ultrapassa anos – entre 1976 e 1984 -, e só agora foram reunidos em um livro graças ao trabalho de uma turma de estudantes da UFES, orientados pela professora e jornalista Sandra Medeiros, que organizou a composição gráfica da obra. “Assim, ganhei ânimo para seguir o que amigos literatos (Renato Pacheco, Miguel Marvilha, por exemplo) já me cobravam: publicar os poemas, alguns premiados, antes restritos a coletâneas e a revistas”, lembra Marcos. Esse foi o ponto de partida para a realização do projeto

GEMAGEM, elaborado por sua irmã Norma, e que recebeu patrocínio da CVRD e da COIMEX, e o apoio da Lei “Rubem Braga”.

Outro livro seu de grande sucesso foi o “No escuro, armados”, de 1987. Esse foi sua primeira publicação, e que ganhou a admiração de vários autores renomados no mercado literário capixaba e nacional. O ensaísta e ficcionista Francisco Aurélio Ribeiro, cita no livro, *A modernidade das letras capixabas*, diz que “quase todos os contos de No escuro, armados apresentam um enfoque sobre a linguagem, o processo de criação e tematizam a sua (im)possibilidade de comunicação”, ou seja, Marcos Tavares está sempre se dedicando à discussão do processo de criação literária, utilizando de jogos de palavras e analogias, recursos de forma e conteúdo para conquistar o leitor. “Exploram temas comuns, mas sua qualidade está nos recursos linguísticos, no jogo de palavras, aliterações, jogo de significados”, completa o ensaísta Francisco Aurélio. E o que diferencia o escritor, contista e “poemador” (como ele prefere), Marcos Tavares, é essa perfeita noção de compreender o sentido em que a linguagem literária e a forma como ela oferece possibilidades para ser escrita pode influenciar no conteúdo literário. Dessa maneira, ele trata de dar vida e movimento aos textos, para que eles possam conquistar o leitor sem estar em desvantagem com “as novas invenções midiáticas”. “No meu entender, o mais importante é a linguagem. Afinal, é esta a linha limítrofe entre o ser humano e os demais animais. Saber usar a linguagem em todas as suas nuances é um sinal do grau de civilização de uma dada sociedade”.

Mas não só de contos e poemas vive o homem. Remetendo a uma frase de Gustavo Flaubert, escritor de *Madame Bovary* “Considero como uma das felicidades de minha vida não escrever em jornais; isso faz mal ao meu bolso, mas faz bem a minha consciência”. Assim também considera Marcos Tavares, que conclui: “Salvo exceções, num país de poucos leitores e de escassas livrarias, insensato é querer viver de Literatura. Antes, morre-se dela ou por ela”.

Então, há 22 anos, ele vem exercendo sua função fazendária. Começou a trabalhar na área fiscal após passar em um concurso público para a função de Fiscal de Mercadoria em Trânsito (FMT), em 1984. Cumpria seus plantões em postos fiscais de Dores do Rio Preto, suldoeste do Espírito Santo, sobretudo na zona rural. “Disciplinei-me a fazer jus ao trabalho remunerado que me garante a sobrevivência”, conta Marcos, que ainda acrescenta: “Sempre estive imbuído do melhor espírito de aplicar a justiça fiscal e de desencorajar as transgressões à Lei tributária. Afinal, se estamos num Estado democrático, nobre função é zelar por Ele, porque Ele é por todos”.

Dessa maneira ele une as duas funções, a fazendária, e a, de certa forma, de Fiscal da lin-



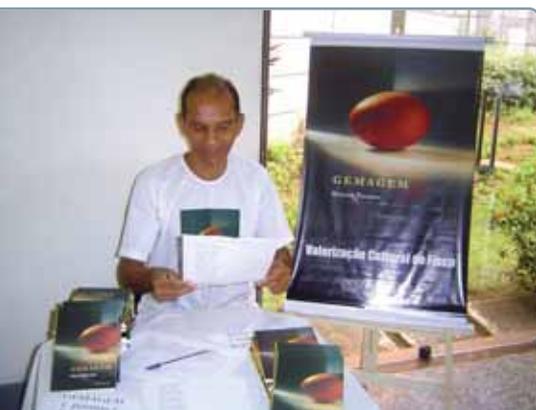
Marcos Tavares em seu estande no II Seminário Administração Tributária: Um Preceito Constitucional

guagem de sua própria criação. Como ele mesmo diz, é realmente pago pra escrever, seja um auto de infração, seja outra notificação.

Tudo o que escreve é uma doce mistura de fé nas palavras, e analogias às passagens bíblicas e menções ao divino e à criação, e também da crítica a esse mundo confuso (“verdadeira Babel”) ao qual pertencemos, com muito bom humor sempre. “(...) Inevitável é ali (no livro GEMAGEM) estarem os questionamentos próprios dessa fase (a temática existencial, o discurso amoroso, as reivindicações políticas, o senso libertário). As mesmas questões que têm angustiado a Humanidade ao longo dos tempos: a concepção da vida, o fenômeno da morte, o amor e sua finitude, a dor no amplo sentido, a irracionalidade das guerras, a opressão dos mais fortes (...)”. No poema “Os sete dias” Marcos Tavares expressa fantasticamente essa mistura:

“No primeiro dia, visto que estava escuro, / quase trevas, ascendi a lâmpada. // No segundo senti a expansão das águas / e providenciei concerto no encanamento. // No terceiro, semeei alface, reguei as plantas, / colhi os frutos segundo as espécies. // No quarto, fui tentado a dormir, / então, resoluto, serrei a cama e a janela. // No quinto dia, soltei os pássaros, / aos cães dei de comer e de beber. // No sexto, depusitei o lixo recolhido // aos cinco cantos da casa. // No sétimo, exausto, deitei-me ao chão, / e, vendo o quão isso era bom, ali descansei. // E não sou – obviamente – Deus algum”.

Esse misto de fiscal e escritor, detentor de grande estilo e exemplo de perseverança e trabalho correto, certamente não é “obviamente – Deus algum”, mas é dono de um talento que enriquece o fisco capixaba e faz mérito ao reconhecimento que vem ganhando, tanto da mídia quanto do seletor público pensante do estado e do Brasil. “Hoje não basta contar uma história: há que se contá-la com estilo próprio”. Estilo é o que não falta a Marcos Tavares, e considerações à parte, todos gostaríamos de continuar nos deleitando com os produtos da fértil imaginação desse autor.



Memórias de uma vida dedicada ao Fisco

Délio Betero começou sua trajetória no fisco no ano de 1963, quando foi contratado para exercer o cargo de vigilante de fronteira no antigo Posto Fiscal da Máquina, atualmente conhecido como Posto Fiscal Hugo Talon.

Ficava na região de divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, em Itabapoana. Ele lembra que logo nesse início, tinham muitas dificuldades nos postos, o acesso era complicado, e era deles a responsabilidade de lavar e cozinhar. Lembra também como era mais difícil na época, quando eles ainda utilizavam cancelas manuais para despachar os carros “tínhamos que ter todo o cuidado para manusear aquilo”, recorda. Logo depois, cerca de três anos após ser contratado, foi transferido para o Posto Fiscal José do Carmo, que fica em Santa Cruz, também como vigilante de fronteira. “Na época já era um posto muito movimentado, como é até hoje” completa.

Ficou cerca de 13 anos nessa região, entre Máquina e Santa Cruz, até ser transferido para Cachoeiro, ocupando cargos como os de auxiliar de fiscalização e até mesmo coletor. Para quem não sabe, ou não lembra, não existiam as agências, e todos os impostos eram destinados à Coletoria. Nesse local, os próprios fiscais faziam os pagamentos de professores, funcionários públicos em geral. Rememora também, que muitas vezes eles ficavam até seis meses sem receber o pagamento pelo trabalho. Mais tarde, no ano de 1984, foi transferido para Boa Esperança, e dali foi como encarregado para o Posto de Pedro Canário, na divisa da Bahia com o Espírito Santo. Nessa época ele relembra uma história muito interessante. “Fui convidado a trabalhar nesse posto a convite de um amigo, Dalton Perin Zipinote, que desconfiava que existia na época um contrabando de café naquela região. Ele queria um flagrante, e aconteceu. Com a ajuda dos funcionários novatos, eu inverti a escala e consegui dar o flagrante em um carregamento de café com nota fria. Apreendi o carro e junto aos funcionários ficamos dando assistência lá no posto, até porque na época não havia o policiamento nos locais. Aconteceu que o caminhão era de uma firma poderosa em Vitória. Quando achei que tinha feito uma boa ação eu recebi um memorando me desligando do cargo. Fui até Vitória conversar com o Dalton e ele também não soube me explicar o que havia acontecido. Na época quem era o subsecretário da fazenda era Alcides Campos, e era ele quem cuidava dos funcionários. Recebeu-me mal, porque ele tinha uma ligação com os empresários do grupo de café. Relatei em um papel o acontecido e encaminhei pra Vitória. Eu tenho cópia do processo, e lá está escrito que o motivo do meu desligamento foi por interesse da administração. Fui afastado, e depois de um tempo ameaçaram me mandar para Mucurici, no extremo norte do Espírito Santo, divisa com Minas Gerais. Então pedi intervenção do meu pai, que na época era político no sul do estado. Ele, junto a um amigo que também era político, foi até o subsecretário para tentar resolver a situação e saber o motivo da perseguição. Quando o Alcides viu o meu pai acompanhado com o outro político, ele mudou totalmente o discurso. No final das contas já estava perguntando ao meu pai para onde eu queria ir e o que eu queria”, relata Délio.

Quando saiu desse posto, foi convidado por outro amigo, Sebastião Zigoni, a trabalhar como Inspetor Regional em Santa Tereza. “Fiquei um bom período como inspetor regional, e depois peguei o cargo de Delegado regional”. Ainda considerou em meio



a sorrisos, “(...) passei por todos os cargos, de vigilante de fronteira a Delegado Regional”. Finalmente chegou em Vitória para trabalhar como Fiscal de Rendas, e aqui ficou até se aposentar, no ano de 1994.

Entre as várias histórias e fatos curiosos que presenciou dentro do fisco, seu Délio não esquece de uma vez em que, trabalhando como inspetor regional, foi até um posto fiscal em um dia de jogo do Brasil, em um ano de Copa do Mundo, e não encontrou o fiscal no local. No outro dia, mandou chamá-lo para saber o que havia acontecido, e surpreendeu-se com a resposta do fiscal: “Eu vou deixar de ver o jogo da seleção para ficar aqui no posto?” Hoje, em meio a risadas, ele lembra que na época teve que tomar providências junto àquele fiscal. Em outro momento ele relembra que uma vez, indo visitar outros postos, ele se deparou com um recado pregado na porta do posto, que dizia: “Tô no boteco!”. Essas e outras histórias estão guardadas com carinho na memória de Délio, que em todo o momento sorria saudosos. “Trabalhei no sul, passei pelo norte, nas regiões das montanhas, e vim parar em Vitória. Já passei por todos os lugares, muitas pessoas me conhecem, estive 33 anos na ativa”, completa o colega.

Atualmente, “Seu Délio” vive em Itapoá. Tem dois filhos formados, casados e que vivem bem, entretanto com uma certa tristeza no olhar ele conta um fato triste da sua vida: “Foi um golpe muito grande, perdi uma filha, com 19 anos, em um acidente de carro no ano de 1993”. Mas seu sorriso volta ao rosto ao falar dos três netinhos que já tem, e do quarto, uma netinha que está para chegar na família. Possui hoje uma propriedade de produção de côcos. “São cerca de mil pés de côcos, que administro junto com um dos meus filhos”, conta. Ao final da entrevista, com toda humildade que tem, “seu Délio” finaliza com uma simples pergunta: “Dá para fazer uma *materiazinha*, não dá?”

Demandas pendentes no IPAJM

Com a edição da Lei Complementar nº 353/2006, que instituiu a modalidade remuneratório por subsídios para os Auditores Fiscais, em que é considerado o tempo de serviço efetivo em cargo pertencente ao Grupo TAF para fins de enquadramento, algumas demandas acabaram surgindo, já que o IPAJM não considerou aqueles períodos em que o servidor fazendário esteve à disposição de outros órgãos da Administração Pública Estadual. O SINDIFISCAL ingressou com requerimentos administrativos questionando tais direitos já há vários meses, ainda continua sem resposta.

Demandas pendentes na SEFAZ

Após a realização da ascensão por merecimento iniciada no ano de 2003 e encerrada em 2004, a categoria aguarda da SEFA a finalização do processo de ascensão “complementar” previsto na Lei Complementar nº 303/2004, para o preenchimento de 4 (quatro) vagas para o nível III do cargo de Auditor Fiscal, e também que seja dado início ao processo de ascensão por antiguidade, conforme determina a Lei Complementar 16/92, para as vagas existentes nos níveis II e III, demanda esta que continua sem qualquer resposta, apesar de já terem transcorrido mais 2 (dois) anos da última ascensão, quando a lei adverte que deve se dar a cada 12 (doze) meses.

Tempo de Serviço DETRAN é reconhecido pelo IPAJM

Mais uma vitória em processo administrativo do jurídico do Sindifiscal. Através do processo nº 33568553, o tempo de serviço prestado ao Detran foi reconhecido pelo IPAJM como efetivo do Grupo TAF para opção pelo subsídio. Valeu a luta!

O trabalho voluntário faz parte da vida de muitos fiscais. Dessa forma, a colega Dina Lopes Ferreira Duarte e seu esposo Leonilzo Duarte Silva convidam os demais associados a se unirem a eles em sua iniciativa social. “Nós temos dedicado uma parte do nosso tempo, em alguns finais de semana, para visitar três orfanatos em Vitória e Vila Velha”, relata Dina em carta enviada ao Sindifiscal.

Como o tempo é um fator que impede, muitas vezes, que as pessoas participem desse tipo de trabalho, outra forma de contribuir é por meio de doações. Se você não tiver tempo, procure saber do que necessita as entidades beneficentes mais próximas da sua casa, e tente ajudar. Na maioria das vezes, como destaca Dina e Leonilzo, eles carecem de comida, produtos de higiene pessoal, fraldas, material escolar, e presentes para as crianças em épocas de natal e dia das crianças, itens que os dois já conseguiram doar algumas vezes às entidades que visitam. E para fortalecer esse trabalho, eles se dispõem a receber as doações dos colegas que se interessarem, na certeza de que toda ajuda será bem encaminhada. “E pode ficar tranquilo que o seu dinheiro será muito bem aplicado. O retorno vem em forma de sorriso e euforia, que temos experimentado de perto em nossas visitas”, complementam.

O objetivo é sempre atender a necessidade mais premente. Os orfanatos visitados são: Centro de Vivência I, no bairro de Lourdes - Vitória, Orfanato Tio Luiz (Centro de Vivência II) e Fraternidade Oração, no Retiro do Congo, Vila Velha. Quem quiser contribuir com o projeto da colega e seu esposo, ou participar das visitas com eles, pode entrar em contato através do e-mail: dduarte@sefaz.es.org.br, ou fazer um depósito na conta-poupança do Banco do Brasil, especificada abaixo:

**CONTA DE POUPANÇA NO BANCO DO BRASIL:
AGÊNCIA 3049-X; NÚMERO: 80.000-7; VARIAÇÃO 01**

IN

- ☺ O segundo turno nas eleições presidenciais. A verdade será expressa pelo voto democraticamente.
- ☺ A sessão solene comemorativa do dia do fiscal fazendário – valeu.
- ☺ A mobilização dos AFRE´S I para somar com o Sindifiscal na justiça da luta pela Ascensão.
- ☺ A realização pelo Sindifiscal e Fenafisco do “II Seminário de Administração Tributária: Um Preceito Constitucional”.
- ☺ A presença de toda a direção da Fenafisco na reunião do Conselho Deliberativo, em Vila Velha.
- ☺ A informação do subsecretário da receita, sobre a conclusão do processo de licitação da reforma do Posto Fiscal de Santa Cruz.
- ☺ Apoio do Secretário da Fazenda José Teófilo ao Seminário e ao curso Empretec;
- ☺ Encontro Nacional de Auditores em Dezembro/2006 em São Luiz no Maranhão, aprovado na Reunião do CD da Fenafisco em Vitória-ES;
- ☺ O casamento da nossa amiga Tânia Cristina Zampiroli de Avelar, auxiliar fazendária, lotada na Regional Sul, dia 28/10/06 em Cachoeiro de Itapemirim.
- ☺ A não eleição de quase todos os mensaleiros capixabas. É o poder do voto.

OUT

- ☹ A demora, a postergação, as protelações no pleito legítimo da ascensão funcional ou mudança de nível vertical, para vários AFRE´S I.
- ☹ A não eleição do deputado Cláudio Thiago. Perdemos nós.
- ☹ A falta de agilidade para minimizar os problemas dos postos fiscais, em especial o de Santa Cruz que é o maior do estado.
- ☹ A vergonha pelas pilhas de dinheiro dos dossiês petistas. Quem te viu, quem te vê. É muito fácil distribuir o que é dos outros.
- ☹ O acidente da GOL que vitimou vários capixabas, entre eles, amigos antigos. Ficou a saudade.
- ☹ A flagrante inconstitucionalidade do Convênio 61/2006, **celebrado pelo Confaz** em 07/07/2006, desconstituindo crédito tributário decorrente de lançamento de ofício.
- ☹ É com grande pesar que comunicamos o falecimento dos colegas: Herondina Moraes Ramos, pensionista falecida em 23/07/2006; Irlando Antônio Vianna, falecido em 18/08/2006; Manoel Dias Júnior em 06/09/2006; Álvaro Laprovitera em 26/09/2006; Marly Pinheiro da Costa em 30/09/2006.